

## *A dinâmica espacial da pluriatividade na agricultura familiar*

*The spatial dynamics of pluriactivity in family farming*

*La dinámica espacial de la pluriactividad en la agricultura*

Naiane Martins da Silva  
Universidade Federal de Jataí  
naiimartiins@hotmail.com

Dimas Moraes Peixinho  
Universidade Federal de Jataí  
dimas\_peixinho@ufj.edu.br

---

### **Resumo**

A atual organização do espaço rural brasileiro tem se transformado devido às novas tecnologias que foram inseridas no campo. Neste novo cenário o campo tornou-se um espaço multifuncional e passou a atender diferentes demandas e ocupações. O objetivo geral deste estudo propõe-se apresentar uma discussão pautada nos conceitos e definições da pluriatividade na agricultura familiar, ressaltando a sua importância ao ser realizada por pessoas que vivem no espaço rural, uma vez que essa atividade é reorganizada no campo e contribui para a renda de muitas famílias. Os objetivos específicos tratam-se de: abordar os conceitos e definições da pluriatividade na agricultura familiar na dinâmica socioespacial do campo; e compreender a importância da agricultura familiar para a pluriatividade. As reflexões teóricas estão ancoradas em proposições de autores como: Sérgio Schneider, K. Kautsky e A. Chayanov. Articuladas com essas orientações sobre as atividades pluriativas foram organizados dados sobre essas atividades na produção da agricultura familiar para verificar se há correspondência entre o conceito e a realidade. Como procurou-se evidenciar no texto é possível afirmar que, a pluriatividade é um fenômeno em que as famílias agricultoras tradicionalmente ocupadas com atividades agrícolas passam a desenvolver outras atividades consideradas não agrícolas como estratégia de complementação de renda. Além disso, muitos assentamentos rurais podem apresentar uma série de fatores naturais, culturais e socioeconômicos, que contribuem para a realização da pluriatividade, como: a tradição do local, os costumes e o modo de vida do homem do campo, as categorias de produções, atividades agrícolas e as não desenvolvidas no meio rural.

**Palavras- chave:** Espaço Rural; Pluriatividade; Agricultura Familiar.

---

### Abstract

The current organization of the Brazilian rural space has transformed because of the new technologies that have been inserted into the field. In this new scenery the field became a multi-functional space and began to meet different demands and occupations. The general objective of this study is to present a discussion based on the concepts and definitions of pluriactivity in family farming, emphasizing its importance when being carried out by people living in rural areas, since this activity is reorganized in the field and contributes to the income of many families. The specific objectives are: to address the concepts and definitions of pluriactivity in family agriculture in the socio-spatial dynamics of the field; and understand the importance of family farming for the pluriactivity. The theoretical reflections are anchored in the propositions of authors such as: Sérgio Schneider, K. Kautsky e A. Chayanov. Articulated with these orientations on pluriactive activities data on these activities in family farming production were organized to check if there is correspondence between the concept and reality. As we have tried to make evident in the text, it is possible to state that, the pluriactivity is a phenomenon in which farming families traditionally occupied with agricultural activities will develop other activities considered non-agricultural as an income complementation strategy. In addition, many rural settlements can present various natural, cultural, and socioeconomic factors, that contribute to the realization of pluriactivity, as: the local tradition, customs and way of life of the rural man, the production categories, agricultural activities and the those not developed in rural areas.

**Keywords:** Rural Space. Pluriactivity. Family Farms.

---

### Resumen

La organización actual del espacio rural brasileño se ha transformado debido a las nuevas tecnologías que se han insertado en el campo. En este nuevo escenario, el campo se ha convertido en un espacio multifuncional y ha empezado a satisfacer diferentes demandas y ocupaciones. El objetivo general de este estudio es presentar una discusión basada en los conceptos y definiciones de pluriactividad en la agricultura familiar, destacando su importancia cuando es llevada a cabo por personas que viven en zonas rurales, ya que esta actividad se reorganiza en el campo y contribuye a los ingresos de muchas familias. Los objetivos específicos son: abordar los conceptos y definiciones de pluriactividad en la agricultura familiar en la dinámica socioespacial del campo; y comprender la importancia de la agricultura familiar para la pluriactividad. Las reflexiones teóricas se anclan en las proposiciones de autores como Sergio Schneider, K. Kautsky y A. Chayanov. Articulado con estas directrices sobre las actividades pluriactivas, se organizaron los datos sobre estas actividades en la producción agrícola familiar para verificar si existe correspondencia entre el concepto y la realidad. Como hemos intentado demostrar en el texto, es posible afirmar que, la pluriactividad es un fenómeno en el que las familias campesinas tradicionalmente ocupadas en actividades agrícolas comienzan a desarrollar otras actividades consideradas no agrícolas como estrategia para complementar sus ingresos. Además, muchos asentamientos rurales pueden presentar una serie de factores naturales, culturales y socioeconómicos, que contribuyen a la consecución de la pluriactividad, como son: la tradición del lugar, las costumbres y el modo de vida del hombre rural, las categorías de producciones, las actividades agrícolas y las no desarrolladas en el medio rural.

**Palabras clave:** Espacio rural. Pluriactividad. Agricultura Familiar.

---

## Introdução

O espaço rural brasileiro tornou-se um espaço multifuncional e passou a atender diferentes demandas e ocupações. Ao incorporar mais funções (hospedagens, lazer, turismo) o rural vivenciou inúmeras transformações, tanto no que se refere aos trabalhos relacionados à agricultura e à pecuária, quanto aos outros tipos de atividades consideradas não agrícolas. O novo desafio a ser enfrentado parte das políticas públicas desenvolvidas no campo, das preocupações ambientais, do desenvolvimento da produção agropecuária, da realização de outros tipos de atividades nas áreas rurais e que tipo de contribuições elas adicionam para a permanência do homem no campo.

Esse cenário vem tomando forças desde que o agricultor familiar encontrou algumas limitações para continuar apenas com o exercício de práticas agrícolas no espaço rural como instrumento e estratégia da produção de renda para suas famílias, e a pluriatividade é um exemplo disso.

A pluriatividade é considerada uma alternativa complementar à renda de unidades familiares do campo, pode ser reaproveitada a partir do uso de elementos naturais e culturais disponíveis. Por se tratar de um processo de transformações ocorridas no espaço rural, pode-se considerá-lo multifuncional, justamente pela gama de atividades agrícolas e não agrícolas que são desenvolvidas nesses espaços.

A partir dessas considerações preliminares, objetivamos apresentar uma discussão entre alguns autores que são referências (inter) nacionais que estudam a temática da pluriatividade, como: Sérgio Schneider, K. Kautsky e A. Chayanov, dentre outros, destacando os conceitos e definições da pluriatividade. O mais importante é observar em que medida essas definições possibilitam ampliar a compreensão sobre a realidade da agricultura familiar brasileira no seu processo constitutivo.

O estudo está dividido em dois objetivos específicos que são: Abordar os conceitos e definições da pluriatividade na agricultura familiar na dinâmica socioespacial do campo; e Compreender a importância da agricultura familiar para a pluriatividade realizada no espaço rural; uma vez que pautamos, como a atividade pluriativa tem contribuído para o desenvolvimento da renda de famílias agricultoras que residem no campo.

A metodologia de pesquisa utilizada parte-se do apoio de dados bibliográficos, além de alguns sítios eletrônicos como: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE e Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER.

A escolha do tema em discussão justifica-se pela importância em tratar de assuntos geográficos no meio rural, já que a pluriatividade é capaz de contribuir para a qualidade de vida das famílias agricultoras que estão inseridas no campo, além de fornecer estratégias de desenvolvimento econômico às unidades familiares, por consequência, contribuindo para a permanência das mesmas no campo.

## **Conceitos e definições da pluriatividade na agricultura familiar**

A Pluriatividade trata-se de um processo de reprodução de famílias rurais que decidem diversificar suas rendas, bem como da divisão de trabalhos e despesas dentro ou fora do ambiente rural.

Inicialmente, o conceito de pluriatividade teve seu surgimento na França na década de 1970, apoiados pelas discussões de alguns autores como: Muller e Lamarche, a partir de então, começou-se a usar essa perspectiva de interpretação no Brasil nas diferentes áreas das ciências, assim como nos estudos geográficos. No país, desde a primeira metade da década de 1990, o conceito passa a existir como uma legitimação cada vez mais notória em relação à categoria social construída em torno da noção de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003).

Para Fuller (1990), estudar o tema da pluriatividade e agricultura familiar requer alguns deslocamentos analíticos e a introdução de conceitos e unidades de análise multidisciplinar. Na discussão que circunda a agricultura familiar se encontra a gênese da pluriatividade, que, no cenário social rural, apresenta-se como uma alternativa complementar de renda para as famílias que vivem no campo.

Nos estudos que discutem as atividades pluriativas na agricultura familiar estão franceses, brasileiros e ingleses. No entanto, o uso dessa linguagem voltado para o fenômeno social desenvolvido na agricultura familiar incorporou diversas discussões a partir da perspectiva de Chayanov e Kaustky.

A pluriatividade pode ser entendida através da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no campo, da diversificação da renda familiar e, também, de um processo transitório e conjuntural, intensificado pela crise no modelo de produção produtivista (CARNEIRO, 2009).

De acordo com Schneider (2009), a pluriatividade se refere a um fenômeno social, que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, dentro de uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros familiares, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação), e se identificam como uma família.

Para entender melhor a noção de pluriatividade, Schneider (2003, p. 112) explica que:

O fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

A pluriatividade é realizada mediante as decisões familiares e a divisão do trabalho, nesse contexto, suas práticas podem ser representativas para o espaço rural uma vez que é a própria família quem ordena e reorganiza a produção no campo.

De acordo com Schneider (2003, p. 10):

A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas.

A pluriatividade, assim como dita Schneider, é uma opção de renda para famílias que se situam nas áreas rurais e não fazem o exercício de outras atividades remuneradas no espaço urbano. Embora esse tipo de produção possa ser realizado dentro ou fora da zona rural, ela é uma alternativa socioeconômica para os agricultores. Normalmente, decide-se fazer o exercício dessas produções não agrícolas quando o produtor rural não consegue se manter no campo apenas com o exercício das atividades agrícolas.

Segundo Nascimento (2008, p. 29, grifos do autor), a pluriatividade é considerada:

Um fenômeno social “encontrável” em todo território nacional. Em cada subespaço territorial regional haverá uma explicação para cada especificidade local da existência (estática) da pluriatividade. No entanto, para abordá-la inserida na questão mais ampla de um esforço nacional de implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário conhecer sua “dinâmica” em termos de tendência (evolução) com vistas a se construir um quadro também dinâmico de suas tendências regionais, com o intuito de subsidiar futuras opções de políticas públicas para o meio rural – assim como também, nesses termos, faz-se importante conhecer a evolução dos demais tipos de famílias, que estruturam as áreas rurais.

A pluriatividade se torna conhecida a partir dos anos 1970, por meio da ideia de um instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo. Para Schneider (2001), as unidades de produção familiar passam a exercer outras atividades consideradas “não agrícolas”, uma vez que perceberam que não dependem exclusivamente de atividades agrícolas. O autor assim explica:

As famílias ampliam o orçamento doméstico por meio de atividades realizadas fora da propriedade, como é o caso da pluriatividade, por vezes “são unidades que diversificaram suas fontes de renda e, além da agricultura, os membros que integram a família exercem várias outras atividades, algumas inclusive em tempo parcial” (SCHNEIDER, 2001, p. 164).

A princípio, um dos motivos que levam as famílias agricultoras a desenvolverem o trabalho não agrícola está relacionado à sazonalidade temporal. Ou seja, muitas produções agrícolas são bem produtivas apenas em alguns meses ao ano, sendo assim, fora os períodos produtivos, diversas famílias procuram alternativas complementares à renda familiar para se manterem no campo (CHAYANOV, 1974).

Em segundo lugar, um dos motivos que podem incentivar a realização de atividades não agrícolas por famílias rurais está relacionado “à remuneração mais elevada por unidade de trabalho”, a partir de “atividades artesanais e comerciais”, que ajudam as famílias “obterem ganhos maiores com menores fadigas” (CHAYANOV, 1974, p. 120).

De acordo com Chayanov (1974, p. 116), as atividades agrícolas e não agrícolas divididas entre o grupo familiar podem ser realizadas “pelas condições econômicas gerais que se dão localmente”.

Schneider (2003, p. 83) esclarece que, “para Chayanov, o recurso às atividades não agrícolas constituía-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola”.

No caso, fica explícito o “sentido da racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o balanço entre trabalho e consumo e garantir sua reprodução” no campo (CHAYANOV, 1974, p. 112).

Além disso, Schneider (2003, p. 84) afirma que Chayanov ressalta a existência de “um segundo enfoque desse fenômeno que merece ser resgatado” e tem dada importância na literatura brasileira. Nesse sentido, a pluriatividade ou o recurso às atividades não agrícolas das famílias rurais ocorre como:

Uma fase intermediária pela qual passariam as categorias sociais de agricultores que estariam imersos ou em um processo de proletarianização ou de passagem de um estágio comunitário (identificado como rural e agrícola) para outro societário (identificado com o ambiente urbano e a industrialização) (SCHNEIDER, 2003, p. 84).

A pluriatividade cria uma situação na qual Chayanov ressalta que “o núcleo familiar é uma soma indivisível entre trabalho e produção, parece cindir-se” (SCHNEIDER, 2003, p. 98). Esse cenário acontece a partir de “situações em que parcela significativa dos agricultores obtém um volume crescente de rendas que compõem o orçamento doméstico oriundo de atividades não agrícolas” (SCHNEIDER, 2003, p. 98).

Chayanov (1974, p. 174) explica que:

[...] situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando “sobram braços” para trabalhar, ela tende a buscar em atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas uma forma de

ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Desta maneira, são consideradas famílias pluriativas aquelas que não conseguem ocupar o trabalho familiar total na sua unidade de produção, bem como aquelas que têm a necessidade de complementar a renda, uma vez que apenas as produções agrícolas não sustentam a unidade de reprodução familiar (COUTO; REIS; SILVA, 2017).

Tornam-se famílias pluriativas aquelas que exercem atividades dentro ou fora do âmbito familiar, desde que não tenham vínculo direto com a agricultura, como artesanato, turismo, entre outros, juntamente com a combinação de atividades que sejam provenientes do assalariamento (COUTO; REIS; SILVA; 2017).

A pluriatividade, além de ser uma alternativa para a redução de incertezas da produção familiar, trata-se de uma economia extra para famílias rurais que se organizam por meio do trabalho, diversificando suas produções.

A diversificação de pesquisas que se originaram a partir do conceito de pluriatividade expôs a necessidade da criação de uma tipologia que melhor a descrevesse. Por isso, Schneider (2009, p. 7) explica que a elaboração de tipologias das diferentes formas de pluriatividade surgiu:

[...] da necessidade dos estudiosos ampliar o enfoque do fenômeno para além das situações que configuram a forma “clássica” da pluriatividade, que é da interação intersetorial da agricultura com outros setores, notadamente, a indústria. E em face desta limitação, alguns estudiosos passaram a argumentar que mesmo nas situações em que não havia a integração entre diferentes setores a pluriatividade poderia ocorrer pela combinação de distintas atividades e ocupações em um mesmo ramo da economia.

Portanto, não existe apenas uma categoria de pluriatividade, pelo contrário, há diferentes formas de se tornar pluriativo, assim como Schneider (2009) explica que existem: a pluriatividade de base agrária; para-agrícola; intersetorial; tradicional ou camponesa; dentre outras.

De acordo com Schneider, as categorias de pluriatividade (Quadro 1) se explicam da seguinte forma:

<b>Categorias de Pluriatividade</b>	
Pluriatividade Tradicional ou Camponesa	“Trata-se da pluriatividade que faz parte de um modo de vida, no sentido de que são famílias caracterizadas como grupos sociais relativamente autônomos, realizando uma produção fundamentalmente para o autoconsumo, com uma débil relação com os mercados. A pluriatividade ocorre dentro da propriedade por meio da combinação de atividades de produção, transformação e artesanal (Kautsky e Chayanov). Muitas vezes, são atividades não-agrícolas ligadas à elaboração de peças e equipamentos para uso próprio, como ferramentas e utensílios de trabalho como: balaios, cestos, material de selaria, entre outros” (SCHNEIDER, 2009, p.8).
Pluriatividade Intersetorial	“Trata-se de um tipo de pluriatividade que decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio” (SCHNEIDER, 2009, p.8).
Pluriatividade de Base Agrária	“A pluriatividade de base agrária decorre da demanda crescente por serviços e atividades não-agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura. Trata-se de uma pluriatividade que ocorre dentro do setor agropecuário, mas se caracteriza pela combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas que surgem e se expandem com a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, o que implica na subcontratação, aluguel de máquinas e equipamentos e na contratação de serviços de terceiros, etc. A pluriatividade de base agrária também se manifesta através da informalidade e da precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, em larga medida decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura” (SCHNEIDER, 2009, p.9-10).
Pluriatividade Para-agrícola	“A pluriatividade para-agrícola resulta das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste destinada à comercialização. Trata-se de uma evolução da produção para autoconsumo que era produzida para a subsistência da família que passa a ser destinada à venda. À medida que este tipo de produção cresce e começa a ocupar espaços fora do âmbito doméstico, ela se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, sendo possível afirmar que surge uma nova atividade ou outra ocupação que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade” (SCHNEIDER, 2009, p.10-11).

**Quadro 1:** Categorias de pluriatividade segundo Schneider (2009)

**Fonte:** Sérgio Schneider “A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação” (2009). Organização: Silva e Peixinho (2021)

Nessa perspectiva, o que diferencia cada uma são as formas de diversificação que assumem as famílias rurais ao exercerem essa atividade não agrícola na unidade familiar. É possível dizer que desde quando se começou a colocar as práticas pluriativas em vigor, muitos agricultores encontraram potencialidades nessas atividades, de fato, tais rendas contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, já que os pequenos produtores precisam muitas vezes se desdobrar para alternar a renda da família.

### **A importância da agricultura familiar para a pluriatividade realizada no espaço rural**

Atualmente, a agricultura familiar é importante tanto para a pluriatividade quanto para o abastecimento alimentício de muitas comunidades brasileiras, visto que, ela é apontada como uma alternativa de recuperação econômica para muitas famílias que ainda sofrem financeiramente no meio rural.

A realização de uma atividade não agrícola que contribui com a renda da família em muitos casos é a alternativa que os agricultores familiares encontram para sobressair frente a baixas situações econômicas no campo.

De acordo com Soares (2017, p. 44), “a expressividade da agricultura familiar pode ser percebida também quanto à geração de emprego”. Segundo a autora, o Censo agropecuário de 2006 registra “12,3 milhões de ocupações no campo, advêm de estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, perfazendo um total de 74,4% dos ocupados no campo” (SOARES, 2017, p. 44).

Soares (2017, p.42) explica que, na visão de Santos (2008), o pequeno produtor é o segmento que mais sofre com as transformações no campo, visto que: “a tendência é o fortalecimento do grande produtor com a incorporação das inovações tecnológicas na produção agropecuária”. Para os autores mencionados, “a concentração das terras é uma realidade, pois o agricultor familiar, em meio às dificuldades, vende suas terras e migra para as cidades, ou até mesmo torna-se trabalhador temporário da grande propriedade”.

A realidade é que a estrutura fundiária no nosso país é muito concentrada, sendo que os grandes centralizam mais de 75,7% das terras, ficando o agricultor familiar com uma área de apenas 24,3% (mesmo que em maior número de estabelecimentos), a eles são destinados os assentamentos, pequenos arrendamentos ou aquele pequeno pedaço de “chão” em que insistiram em continuar (SOARES, 2017, p. 43).

É importante considerar que o número de estabelecimentos rurais no Brasil cresceu assim como apontaram os resultados dos últimos dois Censos Agropecuários, porém, houve a diminuição considerável de estabelecimentos familiares. O Censo Agropecuário 2017 realizou o recenseamento “de 7.534.385 endereços, dos quais 5.073.324 foram identificados como estabelecimentos agropecuários”. Nesse caso, faziam parte das condições de análise estabelecidas pelo IBGE todas as “unidades de

produção dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal ou aquícola, independentemente de seu tamanho, obtendo os dados através de entrevista direta com o produtor” (IBGE, 2017, p. 62).

Conforme as informações levantadas no último recenseamento em 2017, a agricultura familiar corresponde a 90% da economia dos municípios brasileiros que possuem até 20 mil habitantes, e ainda é responsável pela renda de, pelo menos, 40% da população do país e de mais de 70% dos brasileiros que residem no meio rural (IBGE, 2017).

Desde 2020 o Brasil e o mundo têm enfrentado grandes desafios em diferentes setores econômicos, da saúde, da educação, dentre outros, em consequência da pandemia causada pelo novo Coronavírus transmissor de uma doença contagiosa, a COVID-19.

A seriedade da doença COVID-19 fez com que o isolamento social perdurasse durante o período de pandemia, que, atualmente, ainda se encontra em estado crítico no Brasil e em outros países, em função da proliferação do vírus. Efeitos causados pela pandemia de 2020 ocasionaram sérios impactos na economia brasileira, bem como no setor agrícola do país, uma vez que muitos trabalhadores precisaram fechar as portas de seus comércios e pausar as prestações de serviços para se prevenirem da contaminação do vírus.

A partir de diversos decretos municipais, estaduais e federais, a quarentena bloqueou o trabalho presencial dos comerciantes por muitos dias, acarretando assim um cenário em que pessoas ficaram desempregadas, e ocasionando a queda de diferentes empresas e setores produtivos em todo país.

Na agricultura familiar não foi diferente, várias repercussões negativas foram causadas no que tange à fonte de ocupação e renda para as famílias agricultoras. Silva (2020, p. 23) “aborda exatamente o tema da produção e comercialização de alimentos pela agricultura familiar no cenário de pandemia”. Segundo o autor:

As adversidades trazidas pela pandemia, não se resumem a tarefas cotidianas de trabalho, produção e comercialização, mas, também, no que se refere ao processo de autogestão, ao contato das cooperativas com os cooperados (SILVA, 2020, p. 24).

Com relação à agricultura familiar e aos alimentos fornecidos pelas cooperativas, a pandemia prejudicou, “[...] a oportunidade de trazer a democracia para o meio corporativista, para quebrar o tradicionalismo e disponibilizar chances no mercado para todos [...]” (SILVA, 2020, p. 24).

Silva (2020, p. 30) afirma que “a autogestão e demais princípios da economia solidária exprimem possibilidades e fortalecem os grupos na superação dos desafios postos pela Covid-19”. Além disso, surgem algumas problemáticas relacionadas às cooperativas da agricultura familiar que estão dificultando a comercialização de alimentos durante a pandemia, tais como:

“a) Haver, ainda, gestão centralizada nas cooperativas em virtude da dependência do líder e esse fato ficou ainda mais evidenciado pela pandemia inclusive como consequência do distanciamento dos sócios a partir das medidas governamentais de isolamento social; b) Distanciamento de instituições parceiras; c) Comercialização prejudicada, com projetos de desenvolvimento descontinuados; d) Dependência dos agricultores no que se refere às compras governamentais via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tanto no nível municipal quando estadual; 31 e) Melhoria nos resultados de produção pela via de implantação de quintais produtivos; f) Comunicação interinstitucional prejudicada impactando negativamente a continuidade de projetos em andamento; g) Superação no uso de ferramentas digitais caracterizando aprendizagem organizacional na ampliação do acesso à internet e no emprego de recursos de telecomunicações; h) Inovação com entrega em domicílio; i) Problema de ordem técnica gerado pela impossibilidade de instalação de equipamento; j) Dependência das compras governamentais via PNAE; k) Dependência dos sócios de atravessadores que, em virtude da pandemia, deixaram de atuar trazendo prejuízos aos sócios das cooperativas. Esse fato, revelado por um informante, aponta para a fragilidade do ato cooperativo no conjunto estudados; l) Limitação no design dos produtos limitando a comercialização no mercado consumidor convencional; m) Inovação na estratégia de vendas mediante uso de aplicativos e entrega em domicílio; n) Emprego de reserva técnica financeira para atender a compromissos assumidos; o) Perda no valor agregado da produção (em vez da industrialização, uso de produtos para alimentação animal)” (SILVA, 2020, p. 30-31).

De acordo com o sítio eletrônico da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - Emater – GO, a agricultura familiar será fundamental para a recuperação econômica pós-pandemia. O presidente da Emater, Pedro Leonardo Rezende, destaca que o estado de Goiás abriga mais de 150 mil estabelecimentos agropecuários, sendo cerca de 95 mil enquadrados como agricultura familiar, isso de acordo com os dados apresentados no último Censo Agropecuário de 2017 (EMATER, 2020).

Conforme o presidente da Emater-GO, acredita-se que a “agricultura familiar é fundamental para conduzir o cenário econômico do país”, e propor “um cenário de recuperação” (EMATER-GO, 2020).

Em Santa Catarina, segundo o sítio eletrônico do Governo brasileiro, em razão da pandemia da Covid-19, os agricultores assentados se mobilizaram para fazerem doações de alimentos a famílias que se encontravam em estado de vulnerabilidade social de várias localidades (INCRA, 2020). Segundo a matéria, os assentamentos do estado juntamente com as cooperativas doaram mais de 15 toneladas de frutas, legumes, grãos, leite, entre outros (INCRA, 2020).

O I Congresso Virtual do Agronegócio, realizado no dia 9 de julho de 2020, colocou em debate o uso do aplicativo EMATER MOBI, o Plano Safra 2020/2021, juntamente com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Para o presidente da EMATER, Pedro Leonardo Rezende, o principal objetivo do aplicativo é levar informação e tecnologia ao campo, especialmente aos pequenos produtores.

Além disso, por meio dessa nova alternativa tecnológica e também do trabalho de assistência técnica, o lançamento do MOBI estabelece um canal direto de comunicação entre o técnico da EMATER e o produtor rural (EMATER, 2020), o que facilitaria as trocas de informações, sem precisar que o produtor se desloque de sua unidade de produção no meio rural até os perímetros urbanos.

Diante deste cenário, a agricultura familiar criou estratégias para a realização do trabalho no campo, mesmo diante da pandemia da COVID-19 enfrentada nos últimos meses. Cabe mencionar que a pluriatividade pode ser uma alternativa para que essas famílias, além de suas atividades agrícolas, também consigam renda por meio das produções não-agrícolas.

O crescimento da agricultura familiar brasileira permite apontar o exercício da pluriatividade como estratégia de dinamização do mercado e também dos indivíduos que permanecem no campo. Apesar de suas variações, as ocupações não agrícolas tendem a crescer no meio rural.

De acordo com Abramovay (1992, p. 127), “o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida”. Segundo o autor, a agricultura familiar concebe a produção familiar totalmente integrada ao mercado consumidor, porém, está longe de qualquer conflito ou contradição frente ao desenvolvimento capitalista.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), Alimentação e a Agricultura, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a (FAO e INCRA, 1994, p.1):

O modelo familiar de agricultura caracteriza-se a partir da relação íntima entre o trabalho e a gestão, da direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, da ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e da utilização de trabalho assalariado somente em caráter complementar.

Diante do exposto, a agricultura familiar é um modo de produção em que a família produtora é quem decide o que será cultivado em suas parcelas, sendo ela quem organiza e trabalha para que esse cultivo proporcione o essencial para seu próprio consumo, comercializando o excedente.

Para Dufumier (2006), embora muitos agricultores geralmente não tenham recursos e ferramentas, eles também não possuem meios financeiros para adquirir melhores equipamentos e infraestrutura para suas terras e, conseqüentemente, precisariam intensificar seu sistema de produção.

É importante que as famílias não deixem de exercer suas atividades principais e primordiais no campo, visto que essas são inerentes ao homem que mora na zona rural. As práticas pluriativas podem ser encontradas tanto na agricultura familiar, quanto em outras famílias rurais, espalhadas em diferentes regiões do Brasil.

Para isso, a partir desse entendimento, a pluriatividade no espaço agrário se constitui no exercício de suas atividades rurais e nota-se que desenvolve um papel fundamental na agricultura familiar e em suas transformações contemporâneas.

### **Considerações finais**

Na dinâmica socioespacial do campo, é explícito que a pluriatividade está relacionada ao processo de desenvolvimento espacial, no qual essa função surge com suas estratégias de reprodução social, política, socioeconômica e também com as demais questões no espaço agrário brasileiro. Assim como Carneiro (2009) explica, a pluriatividade torna-se uma noção que designa um processo social plural, que reconhece os processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Certamente ao observar as transformações que se impõem à organização espacial da produção familiar no campo é empiricamente observável que novas funções se colocam nessa produção, refuncionalizando formas existentes e criando outras funções no espaço rural. À produção de alimentos, atividade central da agricultura familiar, foram sendo incorporadas outras atividades não agrícolas, como atividades voltadas para um público urbano que querem consumir o ambiente rural, através de atividades turísticas, de hospedagens, lazer, por exemplo.

Dentro dessa perspectiva a noção de pluriatividade pode partir, da interpretação das atividades não agrícolas, ampliar a compreensão sobre a realidade da organização da agricultura familiar, especialmente como atividade complementar à renda de famílias.

Este estudo é importante para fins de conhecimentos acadêmicos e literários da temática que tratam da pluriatividade na agricultura familiar, além disso, é uma discussão capaz de contribuir para conhecimentos de análise geográfica na qual demonstram a reorganização do espaço rural.

A análise realizada neste estudo é interessante pois dentro de um contexto rural existem diferentes agentes que contribuem para a sua reorganização, bem como: o trabalho realizado pelas pessoas que residem no campo; a cultura local; os hábitos e costumes de famílias rurais; a manutenção da terra; a comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas que contribuem e auxiliam a renda de famílias agricultoras; políticas públicas destinadas ao agricultor familiar; cursos de extensões e/ou projetos de intervenção que podem ser trabalhados no espaço rural, entre outros.

Essa diversificação de atividades não agrícolas desenvolvidas no ambiente rural é uma alternativa de renda extra para famílias agricultoras envolvidas no trabalho rural. O desenvolvimento do trabalho familiar no exercício de atividades não agrícolas parte de

uma estratégia de sobrevivência familiar, visto que tem por finalidade aumentar as fontes de renda da unidade produtiva, além de estabilizar a renda familiar.

Para isso, a pluriatividade aqui discutida faz referência ao sentido de que as políticas agrícolas criam condições necessárias para a proliferação de casos de atividades pluriativas para sustentação de famílias temporalmente.

Grande parte dos trabalhadores que vivem em condições precárias no campo tem interesse em diversificar seus sistemas de cultivo e criação para que possa ter rendimentos e minimizar o risco do baixo desempenho econômico durante o ano.

Para ser pluriativo não há a necessidade de que a família deixe de exercer os trabalhos voltados à agricultura. Pelo contrário, para serem consideradas propriedades e famílias pluriativas é preciso que o trabalho não agrícola seja encarado como um complemento e equilíbrio à renda.

Sendo assim, essa estratégia de desenvolvimento rural capaz de garantir a coesão social de famílias agricultoras e produtoras que vivem em áreas rurais é um fator de criação e estímulo da implementação de políticas públicas destinadas ao meio rural.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CARNEIRO, S. A. P. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 4, n. 8, p. 52-66, ago, 2009.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- COUTO, V. A.; REIS, L. L. M.; SILVA, E. M. Pluriatividade e renda familiar no projeto de assentamento São Jorge e São José (PASJ), região cacauceira, Bahia. *Revista Macambira*, v. 1, n. 1, p. 1-52, 2017.
- DUFUMIER, M. Diversité des exploitations agricoles et pluriactivité des agriculteurs dans le Tiers Monde. *Cahiers Agricultures*. v. 15, n. 6, nov./déc. 2006.
- EMATER. Agência de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária. *Agricultura familiar será fundamental para a recuperação econômica pós-pandemia, destaca presidente da Emater no Congresso Virtual do Agronegócio*. 2020. Disponível em: < <https://www.emater.go.gov.br/wp/agricultura-familiar-sera-fundamental-para-a-recuperacao-economica-pos-pandemia-destaca-presidente-da-agencia-no-i-congresso-virtual-do-agronegocio/> > Acesso: 19 jan. 2021.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION; INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: FAO/Incra, 1994.

FULLER, A. M. *From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe*. Journal of Rural Studies, n. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

INCRA. *Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao coronavírus - 1º de maio*. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/agricultores-da-reforma-agraria-doam-toneladas-de-alimentos-em-santa-catarina> > Acesso: 20 jan. 2021.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia Estatística*. Biblioteca ibge. 2017. Disponível em: < <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8.html> > Acesso: 25 jan. 2021.

NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, pobreza rural e Políticas públicas: Uma análise comparada entre o Brasil e a União Europeia*. Fortaleza (CE): Banco do Nordeste, 2008.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura, p.164-184, 2001.

SILVA, A. R. B. M. *Efeitos da pandemia Covid-19 na produção e comercialização de alimentos por cooperativas da agricultura familiar (Rio Grande do Norte, 2020)*. 2020. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/35280> > Acesso: 19 jan. 2021.

SOARES, J. A. *A Pluriatividade na agricultura familiar: estudos nos Assentamentos Agrovila Rio Verdinho em Rio Verde (GO) e Nossa Senhora de Guardalupe em Jataí (GO)*. 2017. 212 f. Orientador: Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7903> > Acesso: 20 jan. 2021.

---

**Naiane Martins da Silva**

Graduação em Turismo (2015) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Especialista em Geografia, Meio Ambiente e Sustentabilidade (2018) pela Instituição de Ensino (FAVENI). Mestra em Geografia (2021), pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Membro do Laboratório de Estudos Regionais de Goiás- LAGER- UFJ.

Av. Deputado Manoel da Costa Lima, nº2091, Bairro Santa Maria, Jataí-Goiás, CEP: 75800-005

Email: [naiimartiins@hotmail.com](mailto:naiimartiins@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4393-4113>

**Dimas Moraes Peixinho**

Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1991), mestrado em Geografia (Humana) pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal de Jataí. Pesquisador do Laboratório de Estudos Regionais de Goiás- LAGER- UFJ.

Rua Dep. Honorato de Carvalho, nº875, Vila Fátima, Jataí- Goiás, CEP: 75803- 017

E- mail: [dimaspeixinho@yahoo.com.br](mailto:dimaspeixinho@yahoo.com.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1400-3213>

---

Recebido para publicação em junho de 2022.  
Aprovado para publicação em dezembro de 2022